



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL))

Em 7 de Outubro de 2021
(Quinta-Feira)

Às 9 horas

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Declaro iniciada a 7ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de discutir o Projeto de Lei Orçamentária para 2022 — PLN 19/2021 e PLOA 2022, o Relatório de Monitoramento do PPA e o Relatório Anual de Políticas Públicas, em atendimento ao art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Compõem a Mesa o Sr. Bruno Funchal, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento; o Sr. Ariosto Antunes Culau, Secretário de Orçamento Federal; o Sr. Gustavo Guimarães, Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria; o Sr. Antônio Carlos Bezerra Leonel, Secretário Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União — CGU; e o Sr. Henrique Barros Pereira Ramos, Secretário Especial Adjunto de Relações Governamentais da Presidência da República.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Sr. Bruno Funchal, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento, disporá de até 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permita.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Com a palavra, então, o Sr. Bruno Funchal, Secretário do Tesouro e Orçamento.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Obrigado, Presidente, pela oportunidade de estar aqui.

Nós viemos aqui, se não me engano, faz 3 semanas, para apresentar os principais elementos da parte fiscal que dava base para a estruturação do Orçamento. Agora voltamos para falar um pouco do PPA, da avaliação e do monitoramento das políticas públicas. Acho que essa é uma fase superimportante da elaboração do Orçamento, uma vez que o grande objetivo é fazer um Orçamento com que consigamos melhorar a qualidade das nossas políticas públicas.

A avaliação das políticas e o monitoramento da sua execução é fundamental para retroalimentar o Orçamento. Então, uma vez que estamos dedicando recursos públicos para diversos projetos, é preciso analisar como estão os andamentos desses projetos, quais estão performando bem, quais não estão performando bem, e melhorar aqueles que não estão performando bem, para, depois, a partir desse resultado, alocar recursos naqueles que geram mais retorno para sociedade e alocar menos ou desalocar recurso naqueles que geram menos retorno para sociedade. Essa é uma direção boa para a melhoria da qualidade da administração pública e melhoria da qualidade do Orçamento.

O Gustavo preparou uma apresentação. Então, eu vou fazer uma introdução trazendo alguns destaques, e, depois, ele entrará nos detalhes em relação ao Relatório de Monitoramento do PPA 2020-2023, especificamente em relação ao ano-base 2020.

(Segue-se exibição de imagens.)

Quais são os principais destaques do ano de 2020? O que podemos dizer de importante em relação aos projetos que estavam sendo conduzidos e a execução desses projetos?

A primeira coisa é que há 30 investimentos prioritários sendo monitorados; 70 programas; e 70 objetivos e metas. A partir disso, buscamos observar quantos desses estão no trilho e quantos estão saindo do trilho, para poder fazer medidas de ajustes nesses projetos.

Desses projetos que são monitorados, 69% dos indicadores apresentaram melhora no ano de 2020. Um exemplo é o número de matrículas em cursos técnicos de qualificação profissional, que passou de 1,9 milhão, em dezembro de 2018, para 2,1 milhões no final de 2020. De todos os programas, 43% tiveram as metas foram alcançados; 42% não tiveram as metas alcançadas; e 15% não conseguimos avaliar porque não tinham uma meta quantitativa, era mais qualitativa.

Das metas alcançadas, o destaque é que 455 mil famílias foram beneficiadas com a ampliação de acesso à moradia e melhoria de condições de habitação. A meta era de 345 mil famílias, então, ultrapassou mais de 100 mil famílias. Uma meta não alcançada foi o índice de transplantes de órgãos sólidos por milhão de habitantes, que ficou em 35, quando a média era de 43 por milhão de habitantes.

Um destaque importante que buscamos trazer, específico para o ano 2020, é em relação à COVID, ao que foi afetado por conta da COVID. Das metas programadas, 25,7% enfrentaram restrições por conta da pandemia. Então, provavelmente, de todas aquelas que não tiveram um bom andamento e não tiveram o atingimento de meta, boa parte das que não foram atingidas tiveram como justificativa a pandemia.

Os programas do PPA compõem o que chamamos de camada gerencial do PPA. Então, ao longo da execução, também há a gestão de todos os programas. Em 2020, 58% dos resultados intermediários alcançaram suas metas. É importante sempre fazer essas avaliações intermediárias para correção de rota. Muitas vezes, o programa é bom, e simplesmente podemos fazer ajustes na execução para ele entregar o que se propõe.

Aqui está um dado importante: em termos de investimento prioritário, tiveram a execução financeira 7,3 bilhões de reais, ante a previsão de 6 bilhões de reais. E um destaque, talvez negativo para o nosso Orçamento, é que temos um Orçamento de 1,5 trilhão de reais. O Orçamento para o ano que vem é de 1 trilhão e 540 bilhões de reais, e temos de execução de investimentos prioritários, em 1 ano, 7 bilhões de reais, o que é muito pouco. Então, um dos objetivos é tentarmos aumentar isso reduzindo a rigidez orçamentária. Muito desse pouco recurso alocado é por conta do excesso de rigidez orçamentária.

Portanto, investimentos são prioritários e muito importantes. Ainda assim, há muito pouco recurso alocado nesses investimentos.

Acho que esses são os principais pontos. Eu vou passar agora para o Gustavo, para ele entrar mais nos detalhes.

Obrigado.

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES - Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Obrigado pelo espaço.

O Secretário Funchal, seguindo aqui o Relatório de Monitoramento, levantou alguns grandes pontos. Eu gostaria só de ratificar que a Lei do PPA colocou como uma das exigências o encaminhamento ao Congresso Nacional de dois relatórios: o Relatório de Monitoramento do PPA e o Relatório de Avaliação de Políticas Públicas. Esses dois relatórios foram encaminhados no dia 31 de agosto, e agora estamos fazendo a apresentação deles, que também é uma exigência da Lei do PPA 2020-2023.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu gostaria de destacar também, Senador, antes de entrar no detalhe dos dois relatórios, a importância da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, desta Casa. Realmente ela é um marco para a avaliação e o monitoramento das políticas públicas, foi um grande passo e está alinhada às melhores práticas internacionais. Hoje o Brasil está num grupo seleto de poucos países avançados que têm, em nível constitucional, essa definição de avaliar as políticas públicas e monitorá-las. Então, eu queria aproveitar o momento para parabenizar o Congresso por essa iniciativa.

Volto ao relatório de monitoramento, do qual o Secretário Funchal apresentou os principais destaques. Temos que lembrar o PPA, o plano plurianual, visa um planejamento de médio prazo, por isso, ele é para 4 anos. Ele tem 70 programas, os quais têm 70 objetivos que se configuram em metas, que são 70 também.

Como o Secretário Funchal adiantou, dentro desse grande plano, acompanhamos também, com mais detalhe, 30 investimentos, 30 projetos prioritários. Ele colocou a importância de se fazer esse monitoramento tanto em nível macro quanto em nível micro, acompanhando os resultados intermediários. São acompanhados 286 resultados intermediários.

O Secretário Funchal colocou os principais pontos do relatório de monitoramento, como eu disse. Eu gosto de destacar que esse relatório tem mais de 700 páginas. Ele é um relatório bem detalhado, com informações minuciosas sobre todos os programas, as ações e o cumprimento. Um ponto importante que o Secretário Funchal também colocou é a correção de rotas. E o monitoramento é importante para corrigir rotas.

Como observamos, a despeito da COVID-19, bem centrada em 2020, o Estado brasileiro, o Governo brasileiro conseguiu ter um bom desempenho no atingimento das metas. Vimos que, na verdade, grande parte das restrições para o não atingimento das metas foi justificada pelos respondentes: 26% das metas não foram atingidas por conta de questões relacionadas à COVID-19, o que é um fato temporário.

Nos resultados intermediários, a COVID também teve um impacto significativo, mas mesmo assim não prejudicou o cumprimento geral das metas. Vimos que cerca de metade das metas mensuráveis foi atingida. Na outra metade, apesar de não atingidas as metas, observamos quase 70% de melhoria em todas elas.

Lembro que estamos acompanhando o ano-base 2020, o primeiro ano deste PPA. Então, temos ainda 3 anos de acompanhamento, de monitoramento deste plano plurianual.

Sobre os investimentos prioritários, é importante destacar que eles têm sido de fato prioritários não só no nome. Quando você olha para o Orçamento, para o que foi destinado tanto no PLOA quanto na própria LOA, verifica-se que ele tem sido cumprido. Inclusive, observando os números, vemos que, na verdade, o atingimento está até acima do esperado. Colocamos aqui alguns detalhes, pois há muitos investimentos que são contratados em dólar. Então, por conta da variação do dólar mais recente, acaba havendo um impacto e que é realizado é maior do que o observado, o empenhado é maior do que a dotação.

Como vemos nesta tela, é importante destacar que o investimento está concentrado. É racional haver essa concentração em Ministérios que têm investimentos estratégicos de médio e longo prazo. Aqui estão o MINFRA, com a questão das rodovias; a Defesa, por conta das questões de segurança nacional; e o MDR.

Disponibilizamos também uma tabela com os 30 projetos prioritários e o acompanhamento recente, o que variou em 2020, mostrando que a maior parte deles teve incrementos e mostrando também a execução física deles até 2020. Lembro que estamos em 2021 e temos acompanhado, de forma tempestiva, esses investimentos, que já têm tido avanços. O monitoramento é constante. Estamos mostrando o que aconteceu em 2020, mas, mesmo assim, os investimentos prioritários avançaram e estão caminhando para o seu atingimento total.

Sobre o relatório de monitoramento, é isso que tinha a falar. Passamos agora ao Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas.

Eu gostaria de fazer um destaque, Senador: é a primeira vez que esse relatório está sendo apresentado no Congresso Nacional, o que faz parte da exigência da Lei do PPA. Então, é um marco o que estamos fazendo aqui. Esta é a primeira vez que é apresentado um relatório de avaliação de política pública feito de forma consolidada por vários entes. Vamos ver que o grande diferencial dessas avaliações é o envolvimento de diversos atores, tanto do Governo Federal quanto externos.

Nós vamos falar um pouco desse relatório, fazendo uma contextualização da história da institucionalização da avaliação de políticas públicas. Sabemos que o Brasil tem o histórico de fazer avaliação de políticas públicas, mas gostamos de destacar que, nos últimos anos, tem se acelerado muito o processo de institucionalização e desenvolvimento dessa avaliação. Este gráfico é importante porque mostra esse avanço da avaliação de políticas públicas do Governo Federal.

Nós começamos lá em 2015, com um grupo de trabalho específico sobre gastos diretos. Em 2016, já há uma portaria interministerial que cria o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas — CMAP, de que vou falar um pouquinho como é hoje. Em 2017, cria-se o Comitê Interministerial de Governança — CIG, que é composto por três Ministros e sobre o qual nós vamos ver também mais à frente. Depois, em 2018, cria-se o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios da União — CMAS. Nós já estávamos avaliando os gastos diretos e tivemos esse avanço com a criação do CMAS.

Em 2019, cria-se o novo CMAP, esse Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, que vai consolidar não só a avaliação dos gastos diretos, mas também a avaliação dos subsídios federais. Em 2019, também temos um grande avanço com a Lei do PPA, que inclui a avaliação dentro desse processo. É por isto que nós estamos aqui hoje, pois a Lei do PPA exige não só a avaliação e o monitoramento, mas também a divulgação e a prestação de contas para a sociedade

e esta Casa, o Congresso Nacional. Em 2020, nós temos um decreto do PPA que também avança na avaliação. Ele cria conceitos para a avaliação, estrutura a avaliação de uma melhor forma.

Eu acho que, no ano de 2021, o grande passo desta Casa, como eu coloquei, Senador Izalci, é a Emenda Constitucional nº 109, que traz pela primeira vez a expressão "avaliação de políticas públicas", que hoje está na nossa Constituição como exigência para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Isso é um pouco do trabalho que vimos mostrar aqui.

É importante lembrar que a avaliação é complementar ao monitoramento. Como o Secretário Funchal colocou, o monitoramento é importante para a correção de rotas, mas, às vezes, nós precisamos fazer mudanças na própria estrutura, na própria política. Então, a avaliação é um importante subsídio para que, primeiro, seja verificado se existe necessidade, se tem espaço para aperfeiçoamento e, depois, inclusive para realizar esse aperfeiçoamento ou para propor uma nova política.

Em relação ao CMAP, é preciso lembrar que a escolha das políticas a serem avaliadas em cada ciclo tem um critério que foi definido em lei, de materialidade, criticidade e relevância. Trata-se de um critério objetivo, pois nós vamos ver que grande parte das políticas avaliadas tem bastante materialidade, são políticas que envolvem recursos vultosos do Orçamento público e do orçamento de subsídios.

Também é importante destacar a estrutura que está por trás desse processo todo. Nós temos, como eu coloquei, o Comitê Interministerial de Governança, que foi criado por um decreto em 2017 e é composto por três Ministros: o Ministro da Casa Civil, o Ministro da Economia e o Ministro da CGU. O CMAP, derivado do CIG, é composto pelos Secretários-Executivos dessas mesmas três Pastas. Então, o CMAP, esse Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, é que vai tomar as decisões sobre as recomendações feitas pelas avaliações.

Na sequência, é importante destacar que o CMAP é subdividido em dois comitês: o Comitê de Avaliação de Subsídios e o Comitê de Avaliação de Gasto Direto, que são dois segmentos importantes de políticas públicas.

Mas eu gostaria de frisar que, quando nós falamos no CMAP, ele parece um órgão, mas, na verdade, tem por trás um conjunto de atores muito grande. Quando nós falamos em Economia, Casa Civil e CGU, estamos falando de várias secretarias, de vários órgãos importantes da administração pública que trabalham em conjunto, em prol da avaliação de políticas públicas. Aqui nós temos destaques de algumas secretarias que estão envolvidas nesse processo, para mostrar que há bem mais do que, simplesmente, os Ministros ou os Secretários-Executivos, que existe todo um conjunto de instituições por detrás.

Também quero destacar que o CMAP tem mais do que os órgãos mais tradicionais da administração pública, pois envolve ainda apoiadores como a ENAP, o IPEA e o IBGE e uma rede externa de colaboradores, desde organismos internacionais a instituições relevantes no País e no exterior.

Já caminhando para o fim da apresentação, nós vamos colocar alguns dados importantes sobre os ciclos. Nós viemos aqui para apresentar o Ciclo 2020, como está previsto na Lei do PPA. Mas, até em deferência a esta Casa, nós trouxemos também o Ciclo 2019, Senador, porque ele foi realizado antes da exigência do PPA, mas teve um conjunto grande de avaliações realizadas.

Se nós pensarmos nesses 2 anos de CMAP, há a previsão de 46 avaliações, sendo que a maior parte delas, 30 avaliações, já foram realizadas e 29, finalizadas. Agora nós estamos com 17 políticas, sendo 16 em execução e uma para ser finalizada também em breve.

Só a título de demonstrativo da importância das políticas envolvidas, nós vemos, nesta tabela, as políticas que foram avaliadas no Ciclo 2019. Então, temos desde o seguro-desemprego e o FIES até a Zona Franca de Manaus. Todas são políticas bastante importantes.

Vamos para o Ciclo 2020, que é o ciclo que nós estamos apresentando agora e foi resultado de avaliações recentes. Aí nós vemos que também estão os benefícios previdenciários, o abono salarial, o Programa Bolsa Família, as despesas médicas do Imposto de Renda, os fundos constitucionais, o SIMPLES Nacional. Trata-se de um conjunto muito grande de políticas que foram avaliadas e já têm recomendações de melhorias e sugestões de ajustes.

Também só a título demonstrativo, aqui nós colocamos a lista das políticas que estão em início de avaliação, estão no processo de avaliação agora, vão fazer parte do Ciclo 2021 e serão apresentadas futuramente, aqui no Congresso Nacional.

Aqui vemos os montantes. Só para os senhores terem um pouco de percepção, o Ciclo 2019 avaliou políticas que, se considerarmos gasto direto e subsídio, envolvem cerca de 200 bilhões de reais. Em 2020, o volume foi muito maior, o que se justifica exatamente pelo critério que foi criado para selecionar essas políticas e também pela própria inclusão da Previdência, que tem um valor de mais da metade do montante.

Este gráfico é importante para mostrar que não se trata só de avaliar. Nós avaliamos, mas também há o monitoramento. Inclusive, estamos aqui com o Leonel, Secretário de Controle da CGU. Essa parte do monitoramento é realizada após a avaliação e as recomendações. Os gestores das políticas recebem as recomendações. Depois, há um processo de monitoramento das próprias recomendações, para verificar se estão sendo seguidas as recomendações. E é interessante nós mostrarmos que já existem planos de ações e medidas têm sido tomadas por conta da avaliação. Então, nós já temos objetivos práticos da avaliação de políticas públicas.

O ponto seguinte é muito importante, porque parte das recomendações só vão se tornar efetivas com a participação do Congresso Nacional, porque, como nós vamos ver aqui, grande parte das recomendações dependem de mudanças legais, do Congresso Nacional. Por isso, é importante esse subsídio dessas avaliações e recomendações para o Congresso Nacional. Nós fizemos um mapeamento. Só a título de exemplificação, 20% das recomendações dos Ciclos 2019, 2020 dependem de alterações legislativas. Então, esse material também pode dar suporte ao Congresso, aos Parlamentares na proposição de novas políticas e até no remodelamento das políticas vigentes.

É importante lembrar que, com o nosso cenário fiscal rígido, com a nossa rigidez atual fiscal, se faz ainda mais importante a avaliação. A avaliação é um instrumento, para nós darmos maior eficácia à política pública.

A avaliação de políticas públicas, que é feita no contexto do CMAP, se baseia em referenciais metodológicos internacionais, que foram construídos também por diversos atores. E nós seguimos guias de avaliação de políticas públicas.

É importante lembrar que, dentro da avaliação de uma simples política pública, você tem vários atores — a coordenação, a execução da avaliação da política pública, a supervisão, que é feita por nós na SECAP. E nós sempre interagimos com o órgão gestor da política. Então, o órgão gestor da política participa ativamente da avaliação da política da qual é gestor.

E, para finalizar, eu acho que seria importante destacar também que os pontos principais da avaliação é a publicidade, a divulgação e o acompanhamento. Não adianta nós fazermos a avaliação e, como eu brinco, ela ficar na prateleira, na nossa gaveta ou em algum arquivo no computador. É importante que as avaliações sejam realmente insumo para mudanças e melhorias nas políticas públicas. E parte disso nós fazemos também divulgando esses resultados. Todas essas avaliações estão disponíveis num relatório com todo o detalhe da avaliação. São vários relatórios, desde o relatório da supervisão ao relatório da própria avaliação. Então, todos estão disponíveis no *site* do CMAP, são públicos. E, mais do que isso, na SECAP e na Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, temos feito também um trabalho de transformar essas recomendações, esses textos mais técnicos numa linguagem mais popular e acessível a todos.

Nós temos feito boletins que resumem o resultado das avaliações e o apresentam para toda a sociedade. Nós acreditamos que o resultado tem vindo, porque têm tido bastante repercussão tanto as avaliações quanto esse trabalho estruturado. A imprensa tem repercutido bastante isso. E, como nós vimos, o mais importante até é o próprio uso da avaliação para a melhoria política pública.

Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Obrigado.

Passo agora a palavra ao Secretário de Controle Interno da CGU, o Sr. Antônio Carlos Bezerra Leonel.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL - Bom dia, Senador.

Inicialmente, a CGU agradece este espaço, esta abertura que nos é dada, que é uma iniciativa do Governo. Em poucas palavras, quero dizer que para um órgão de controle essa iniciativa do Governo é uma melhoria dos gastos públicos, que está dentro da realidade fiscal que vivemos hoje. Por isso nós temos que melhorar os gastos, porque o espaço fiscal hoje está cada vez mais reduzido, como falaram o Secretário Especial Funchal e o Secretário Gustavo. Então, as iniciativas de avaliação para a melhora das políticas públicas são essenciais nesse contexto.

E a CGU se coloca como um parceiro do Ministério da Economia e de todo o Governo não só nas avaliações. Como deu para ver na apresentação, participamos de várias avaliações, mas também do monitoramento para consolidar as mudanças realizadas.

Essas seriam as minhas palavras.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Bom dia a todos.

Primeiro, eu peço desculpas aos senhores pelo atraso — eu estava em outra Comissão — e também pela pressa com que estamos realizando esta reunião tão importante para o debate do Orçamento.

Passo a palavra para o Secretário Especial Adjunto de Relações Governamentais da Presidência da República, o Sr. Henrique Barros Pereira Ramos.

O SR. HENRIQUE BARROS PEREIRA RAMOS - Bom dia, Senadora. Bom dia a todos.

Em nome da Casa Civil, eu quero agradecer à Câmara dos Deputados e ao Ministério da Economia o convite à CGU.

A Casa Civil participa efetivamente, em conjunto com o Ministério da Economia e a CGU, dessas avaliações do CMAP.

Todos aqui, assim como o Gustavo Guimarães e Bruno Funchal, falaram muito bem sobre todo o processo de avaliação do CMAP — todos os ciclos. A participação do Comitê Interministerial de Governança nesse processo também é efetiva.

Todas as legislações, que foram divulgadas ao longo do tempo aqui, mostram uma evolução sensível desse processo, uma evolução de governança. E a Casa Civil participa efetivamente, como centro de Governo, desse processo.

Nós nos colocamos à disposição. A Casa Civil está totalmente à disposição.

O processo de avaliação feito pela CGU de monitoramento, no pós-avaliação pelo CMAP, é fundamental para fazer a avaliação do que é por ele proposto. E a Casa Civil se coloca nesse processo.

Não quero me alongar muito, porque todos já falaram muito bem — inclusive, o Gustavo já fez uma apresentação aqui sobre o relatório.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu não sei quais são as pessoas que estão escritas para falar. Parece-me que o Relator-Geral estava inscrito para falar. *(Pausa.)*

Eu queria aproveitar a presença de todos e introduzir algumas reflexões que temos feito acerca da saúde.

A pandemia deixou enormes dificuldades a serem superadas. Há a necessidade de um planejamento para responder a demanda do contencioso da saúde, que está há muito tempo aguardando sobre o que se pode dizer sobre os leitos que foram abertos e sobre as cirurgias eletivas que foram suspensas.

O que se pensa a respeito de um planejamento razoável em relação aos leitos no Brasil? Qual é o planejamento que se tem para a manutenção desses leitos? E se houver fechamento de leitos, qual é o percentual e com base em que estudo?

Não se pode dizer simplesmente: “Acabou a pandemia, um terço da população já não corre esse risco por ter se vacinado”.

Ontem nós tivemos surpresas aqui na Casa de pessoas que se vacinaram, que receberam o reforço da vacina, mas, no entanto, estavam contaminadas com um novo quadro de COVID.

Então, qual é o planejamento? Essa é a resposta que interessa ao Brasil.

O que temos em mente em relação aos leitos que foram criados para a demanda da saúde? Havia um déficit em relação a esses leitos, que ficou evidenciado diante da pandemia.

O Brasil passou pelo pior dos mundos e tantas vidas foram perdidas. Isso não ocorreu não só pela falta de vacina, mas exatamente pela necessidade de leitos. Não existindo leitos e eles tendo sido abertos leitos em face da pandemia, eu queria ter mais um pensamento mais conciso por parte de vocês em relação à questão da saúde.

Sei que o Ariosto vai falar e estou muito ansiosa para ouvi-lo, porque outra questão que importa ao Brasil é a educacional. Sabe-se que a área da educação está funcionando de maneira muito deficiente, os orçamentos estão defasados, deve-se até bolsa de estudos, assistência estudantil e tudo mais. Nós temos pleito colocado lá de maneira muito objetiva pelo Ministro da Educação, pelas universidades, pelo movimento da UNE e por toda a movimentação estudantil do País. Eu queria saber se não estamos pregando no vazio.

Primeiro eu queria a resposta em relação à saúde. Não sei quem vai responder. *(Pausa.)*

Vamos começar pelo Ariosto, que é quem nós mais queremos apertar. *(Risos.)*

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Bom dia a todos os Srs. Parlamentares.

Nesta audiência, vou tocar primeiro no ponto da avaliação, que acho fundamental trazer. Nós pudemos acompanhar — e o Gustavo abordou bem isso — a evolução institucional e instrumental que foi trazida nos últimos anos para fortalecer a nossa capacidade de avaliação, entendendo que esta é um ponto fundamental do nosso ciclo de gestão. Quando discutimos aqui, Senadora Rose, a utilização dos recursos públicos, estamos falando de todos os processos — planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação. Durante um bom tempo, não foi dado um tratamento à avaliação de modo que se pudesse deixar esses instrumentos à disposição de todos aqueles que fazem parte desse ciclo.

Vale lembrar que a avaliação é utilizada pelos gestores, pelos formuladores de política, quando vão aqui estabelecer suas leis ou estabelecer seus programas. Ela é utilizada ao longo do processo de gestão dos recursos para que possamos aperfeiçoá-lo, fazendo um processo de melhoria contínua. Indiretamente, no processo orçamentário, a avaliação também deve ser apropriada. Os resultados que teremos dessa avaliação serão apropriados, não de forma direta, claro. Não podemos prejudicar um programa porque o desempenho de sua gestão não está trazendo os resultados adequados. Mas isso é um elemento importante para o nosso processo de alocação de recursos, para fazer as opções, ainda mais em cenários em que temos restrição no uso de recursos. Então, temos que buscar otimização e maior ganho possível para a sociedade em termos de produto.

Fiquei muito feliz com a primeira fala do Gustavo, quando ele disse que um dos resultados mais expressivos foi na educação profissional. Eu fui Secretário de Educação Profissional e Tecnológica nesse período. E o que fizemos lá? Nós nos apropriamos dos resultados da avaliação. O que o PRONATEC entregou? Foram quantas vagas? Qual foi o custo por aluno? Quais foram as críticas? Foram vários os instrumentos de avaliação feitos pela OCDE, pelo Banco Mundial e pela própria Secretaria Federal de Controle. Qual foi o primeiro trabalho do gestor, de qualquer gestor? Vamos nos apropriar dessas informações sobre a avaliação e vamos corrigir os rumos. E fomos junto com todos os técnicos, inclusive com a participação da própria Secretaria Federal de Controle, e reavaliamos todo o referencial legal de execução do antigo PRONATEC. Foi desenhado pelo Governo Federal um novo programa intitulado "Novos Caminhos", em que revimos toda a forma de relação com os Estados e de custo por aluno para a formação profissional e técnica. Nós reduzimos em mais de um terço o custo por aluno.

Daí vieram as 300 mil vagas adicionais que foram oferecidas na ponta para os alunos, em razão da melhor eficiência, da melhor gestão e do uso das informações de avaliação sobre o resultado do programa e indicativos dos órgãos de controle, dos vários órgãos que fizeram a avaliação de programas. Então, eu diria assim: *"A gente chuta e vem cabecear agora"* para ver o resultado da avaliação na prática, com maior entrega de serviços e maior benefício para a sociedade no uso de recursos públicos.

Eu só quis trazer um exemplo da importância da avaliação. Temos que praticar mais isso. Nesta semana, nós tivemos um evento do TCU em que um dos pontos mais levantados foi justamente isto: como fazer com que os resultados da avaliação possam aperfeiçoar as políticas públicas e impactar na alocação de recursos orçamentários? É preciso ter sempre a visão de que a avaliação é um elemento para isso.

Eu acho que esta Comissão e o Congresso precisam se apropriar muito mais dessas avaliações, Senadora. É preciso espantar de fato os resultados dessas avaliações, o processo de avaliação, e utilizar essas informações. Eu acho que isso vai trazer benefícios muito grandes para o nosso processo orçamentário e para a entrega de maiores resultados para a sociedade.

Entrando nos pontos que a senhora trouxe em particular com relação à saúde, a intervenção que temos feito, por parte da economia, em conjunto com o Ministério da Saúde é realmente o esforço contra a COVID-19. Uma das linhas de atuação do Ministério da Saúde, além da vacinação, foi o atendimento decorrente da COVID-19. Medidas provisórias de caráter extraordinário foram abertas desde 2020. Este ano nós abrimos uma última, que abrangeu a possibilidade de oferta de leitos para Estados e Municípios. Foram em torno de 9 bilhões de reais nessa última medida provisória. É uma competência do Ministério da Saúde estabelecer essa estratégia de atuação com relação à oferta de leitos. O Ministério da Saúde tem discutido junto com os conselhos representativos uma lógica de atuação. Agora, é claro que temos diminuído, e muito, a necessidade de leitos para tratar de pessoas com COVID-19.

É claro também que existem outras necessidades, como a senhora bem disse, em decorrência de outras enfermidades que deslocaram os leitos disponíveis. Mas temos assegurado, ao longo desse tempo, a disponibilização de leitos para pessoas com COVID-19 em proporção bastante significativa. Mais de 20 mil leitos, e chegou no pico a 27 mil leitos, são destinados aos pacientes com COVID-19. É claro que agora há claramente uma curva de redução da ocupação de leitos para tratar a COVID-19. Logo, tem que ser feito esse ajuste de fato. Mas o Ministério da Saúde seria o mais competente para discutir essa estratégia de compatibilização entre quais leitos devem ser dedicados à COVID-19 e às demais enfermidades. O nosso papel tem sido, no Ministério da Economia, no sentido de alocar os recursos necessários para essa mobilização de que precisamos e precisou em caráter extraordinário no que diz respeito à COVID-19.

Existem ainda, segundo o Ministério da Saúde, alguns fatores que trazem a necessidade de manutenção de um esforço ainda de leitos dedicados à COVID-19, como é o caso do tratamento de sequelas decorrentes dessa doença, o que tem trazido também a necessidade de ocupação de leitos. Mas o Ministério tem estudado essa situação. Ontem mesmo, tivemos uma reunião com o Secretário Rodrigo Cruz para tratar inclusive dessa demanda. O Ministério está formulando essa estratégia e devemos ter nos próximos dias alguma especificação no que diz respeito à questão COVID-19 e destinação de leitos.

Quanto à educação...

Se a senhora quiser questionar....

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Só para completar esse raciocínio. Se o senhor pudesse acrescentar, é um raciocínio complementar.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós tínhamos uma deficiência de leitos. Vamos falar dos leitos para cirurgia eletiva e também dos leitos para atender a fila das cirurgias, que é enorme, é imensa. Dada a deficiência de leito, essa fila não andava na velocidade necessária. Veio a pandemia, que tomou posse dos leitos que estavam comprometidos para tratamentos especializados de urgência, em UTI, os leitos da cirurgia eletiva. Em seguida, aumentaram os leitos da UTI para atender especialmente a pandemia.

Quando se tenta ajustar essa realidade — a pergunta é mais na área de vocês —, qual planejamento vai obedecer? Some-se o déficit que há em relação a esse leito e ele é ajustado à realidade para cumprir aquilo que deixou de ser feito? Uma série de pequenas cirurgias mais emergenciais, e não há mais leitos.

Vejam bem, meu ramo profissional é totalmente diferente dos ramos dos senhores, mas os senhores estão aí para fazer o planejamento, colocar os números e ampliá-los, de acordo com a avaliação, as ofertas para a educação ou para a saúde. Mas eu queria saber como se aperfeiçoa isso, se neste momento estão falando de redução de custos em virtude da economia. Vão reduzir os leitos que foram criados? Vamos pensar naquilo que nós temos que manter, mas manter como estava antes? Ou com o passado, o presente e a previsão de um futuro melhor na saúde?

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Bom, Senadora, como disse, esse é um exercício que cabe realmente ao Ministério da Saúde. Eu não me sinto competente para estabelecer essa programação e esse planejamento. O que eu posso lhe dizer é que destinamos recursos e esforços para atender a uma situação extraordinária. Com certeza, a senhora tem toda a razão. Isso causou uma mobilização muito grande do sistema voltado para a questão da COVID-19. Esse novo cenário em que há uma redução da necessidade de leitos para a COVID-19 vai fazer com que o Ministério da Saúde tenha que, de fato, readequar o atendimento das demais demandas. Eu não tenho ainda *inputs* do Ministério da Saúde para a eventual necessidade de recursos ou de alocação para esse tipo de atividade. Nós não recebemos ainda nenhum tipo de *input* do Ministério da Saúde.

Eu acho que seria oportuno ouvi-lo, de fato, com relação a essa estratégia que está sendo desenhada, até porque ela não depende única e exclusivamente do Ministério da Saúde, mas da capacidade também dos agentes locais, da disponibilização efetiva de leitos, dos incentivos adequados. Não é uma questão restrita ao Ministério da Saúde, a quantidade de leitos da própria União é muito reduzida em relação àqueles que são ofertados nas demais redes do Sistema Único de Saúde.

Eu não me sinto realmente competente para estabelecer essa estratégia. Posso apenas dizer que, naquilo que diz respeito à necessidade que tivemos do esforço COVID-19, mobilizamos ao máximo as capacidades e os recursos necessários para isso. Estamos numa descendente agora com relação a essa necessidade. Esse é o fato. Não temos mais necessidade de mobilização desse esforço. Graças a Deus, graças à vacina, graças à estratégia de vacinação que foi adotada, isso tem reduzido de forma bastante significativa.

O outro elemento da vacina é um ponto que também temos discutido. Já previmos para 2022 a locação de recursos que vão permitir a terceira dose. Está em estudo também a aplicação em crianças com menos de 11 anos. Então, temos um passo aí diferente no cenário de vacinação, que é a atenção também a esse novo público alvo, para o qual deve ser eventualmente dimensionada essa capacidade permanente de vacinação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Seria a política permanente de vacinação. Daqui para frente não vai se poder falar da questão que se apresenta no momento.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Exato. Justamente, 2022 já está no Orçamento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Como aconteceu com a vacina da febre amarela. O senhor lembra disso?

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Também faltou vacina.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu não estou cobrando o Dr. Ariosto em nada, eu estou dizendo que existiam no passado neste País — estou no oitavo mandato — comissões adequadas para fazer estudo de avaliação e acompanhar a proposta no nível da avaliação detalhadamente. Mas é preciso se faça isso com a saúde, que é a principal política hoje do País.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Sei.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eles brigam quando falam de saúde e pergunto: e a educação? Fará parte? Tanto que o senhor já sabe, porque nós estamos no seu encaixo para resolver a educação.

É preciso que tenhamos noção, não é só esperar a avaliação da saúde para chegar aqui e dizer que o retrato do País é esse. Depois, quando é preciso, não tem dinheiro. A avaliação tem que estar bem realisticamente acompanhando a avaliação, a política ser implantada, recuperada, instalada para que corresponda com isso na questão orçamentária. Eu tenho muita preocupação quanto a isso.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Perfeito. Era esse ponto que eu queria trazer, Senadora. É importante que os órgãos, os Ministérios tenham essa capacidade de avaliação para também se apropriar dessas informações e gerar avaliações necessárias. O Ministério da Saúde tem uma capacidade muito grande de planejamento. É um dos Ministérios, historicamente, com uma capacidade muito grande para isso. Eu acho que vale a pena essa discussão com o Ministério da Saúde sobre essas estratégias.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mas eu tenho muito medo dessa capacidade, porque essa capacidade ruiu várias vezes. Ruiu. Ruiu todo o quadro de excelência que tinha o Ministério. No Ministério da Economia, muitas vezes, na hora de ver, de fato, essas políticas evidenciaram um descompasso entre o que a economia tinha como andamento ali, na instalação das decisões orçamentárias que tinham para subir ante as necessidades do Ministério, e o que na verdade chegava como uma avaliação honesta, sincera, atualizada, responsável sobre as políticas de saúde no País.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Eu queria só adicionar um ponto ao que a senhora trouxe sobre a educação. Neste ano, nós temos trabalhado com o MEC para disponibilização total dos recursos. Temos atendido, dentro do possível, as várias situações que têm sido trazidas pelo MEC. Para 2022, até encaminhei um relatório com o crescimento dos recursos destinados à educação dentro da capacidade que tínhamos do Orçamento de 2022. Apesar de todas as restrições que tivemos com o aumento das despesas obrigatórias, com sentenças judiciais, conseguimos prover, entendo que de forma bastante prioritária — as demandas são múltiplas, eu não tenho dúvida —, para 2022, um equacionamento bastante adequado. Para 2021, já encaminhamos um ofício com relação ao PLN 16, estamos buscando resolver aquela situação do pagamento das bolsas de residência médica. Estamos incluindo recursos no ajuste do PLN 16, a partir da aprovação da JEO, dando prioridade à alocação dos recursos para pagamento da residência médica. Para 2022, já estão previstos inclusive recursos de elevação da bolsa da residência médica, que foram apropriados pelo MEC na proposta de 2022.

Então, eu diria que no horizonte de 2021/2022 conseguimos suprir algumas das necessidades mais emergenciais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A informação até agora é a de que a proposta apresentada nem de longe supre a necessidade.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Nós chegamos perto do de 2022 e 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós queremos chegar ao de 2019, que foi um patamar de sustentabilidade da política...

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Acho que é uma boa meta, Senadora. Mas nós contamos com o Congresso também para ajudar nessa chegada. (*Riso.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Estamos a postos. O Congresso todo está mobilizado nessa questão. É uma questão de que o Congresso não abre mão, para que possa recuperar os patamares de investimento na saúde. A bem da verdade, não é investimento, porque quase não se terá um investimento novo no pagamento da manutenção (*ininteligível*).

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Exato. Exato.

Mas acho que chegamos a um nível muito bom perto de 2020, com a proposta de 2022. Acho que falta pouco para chegarmos a 2019 com um aporte. Tenho certeza de que os Parlamentares, assim como a senhora, que tem uma prioridade bastante grande para a educação, irão nos ajudar a chegar a isso. Além disso, temos a expectativa da aprovação da PEC 23,

que também vai nos dar a possibilidade de ampliarmos várias dessas políticas públicas essenciais, que são fundamentais principalmente na área social, como a educação e a saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O senhor falou muito bem, mas eu ainda vou aguardar a resposta daquela reunião entre o Ministro da Economia Paulo Guedes e o Ministro da Educação, para que vejamos isso atendido realmente. Nós contamos com o aliado.

Se o Bruno Funchal negar-lhe alguma coisa, recorre aqui que nós vamos estabelecer uma punição adequada para ele. *(Risos.)*

Pior que ele veio do Espírito Santo e o pessoal diz: "*Ele era do seu Estado*". Eu disse: "*Não, não é não!*" *(Risos.)*

Nós teríamos aqui também, dentro da avaliação da educação, a questão do teto dos gastos. Qual é a visão dos senhores sobre essa nova postura do Congresso em relação à flexibilização do teto de gastos?

O SR. BRUNO FUNCHAL - Senadora, eu não sei se, de repente, deveria fazer uma apresentação rápida do orçamento, quando conseguimos juntar os temas. Acho que isso está dentro dessa discussão do próprio orçamento.

A discussão do teto de gastos vem desde a sua implementação. Já vimos grandes efeitos positivos, desde 2016, com relação à percepção de risco, a menos juros que pagamos e agora a essa sequência de melhoria fiscal, apesar de ainda estarmos em déficit, e de redução da dívida. Por conta disso, o aumento de receita acaba com o controle de gastos das políticas de crédito extraordinário para a pandemia que, se bem focalizadas, melhora o nosso resultado. E isso permite um melhor ambiente econômico, que é importante para sustentar o crescimento nos próximos anos.

E essa discussão agora vai estar casada com esse nosso desafio de uma nova despesa obrigatória muito relevante, que é a terceira maior despesa obrigatória: a de sentenças judiciais. Então, a discussão agora é como compatibilizar o crescimento dessa despesa obrigatória com a nossa principal regra fiscal. Da parte do Ministério da Economia, vistos todos os benefícios que o teto de gastos já trouxe, quer-se manter o teto da forma como está, mas, sim, tratando as despesas obrigatórias, como tratamos a Previdência, ao desacelerarmos o seu crescimento com a reforma da Previdência, e como tratamos a despesa de pessoal, também desacelerando o crescimento de despesa de pessoal, mas, harmonizando o crescimento do precatório de sentenças judiciais com o teto de gastos. É essa a discussão que está sendo realizada agora na Comissão Especial da Câmara. Provavelmente já deveremos ter o relatório e a votação nessa Comissão Especial. E isso está diretamente relacionado com a discussão orçamentária.

Sabemos que todo o crescimento de precatórios comprimiu muito as despesas discricionárias. E, para enviarmos uma mensagem modificativa refazendo esse Orçamento, precisamos da definição da PEC 23, que é a PEC dos precatórios. Mas acho que, como base, é sempre importante fortalecer a nossa regra fiscal para trazer previsibilidade, para conseguirmos controlar a percepção de risco, para ter juros mais baixos, para que as empresas façam investimento, pois, com juros baixos, o custo do dinheiro fica menor, e para gerar emprego e ter um crescimento sustentável a médio prazo.

Eu não sei se a senhora quer que eu faça uma apresentação breve do orçamento, que trouxemos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Hugo Leal, que é o Relator-Geral do Orçamento, para ver se coincide com algumas de suas indagações sobre isso. Depois também gostaria de ver a sua apresentação.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal, por favor. *(Pausa.)*

O Deputado Hugo Leal está nos ouvindo? Relator, nós estamos com dificuldade de ouvi-lo.

Vou passar a palavra para a Deputada Dra. Soraya Manato. Em seguida, voltarei a palavra ao Deputado Hugo Leal.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Bom dia, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Bom dia.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - É um prazer estar nesta reunião comandada por V.Exa., que é tão competente. Meus cumprimentos a todos.

Queria aproveitar que o Ministério da Economia está nesta reunião da Comissão Mista do Orçamento para dizer, como médica, da minha preocupação com a saúde brasileira. Eu queria que realmente o Ministério da Economia tivesse um olhar especial para a saúde do Brasil. Eu não tenho preocupação nenhuma com a vacinação do povo brasileiro, seja em relação à COVID, seja em relação a qualquer outra vacina, pois somos eficientes em relação a isso. Nós temos uma estrutura gigantesca, a maior do mundo, e somos realmente eficientes. Então, a minha preocupação quanto a isso é zero. Nós temos que ter realmente recursos para aumentar a vacinação em termos de COVID, inclusive estamos indo muito bem, mas

precisamos terminar esse esquema de vacinação, completar a vacinação da segunda dose, e agora aplicarmos a terceira dose para as populações específicas.

Quanto à bolsa de residência médica, temos grande preocupação. Há inclusive um projeto de lei em tramitação na Casa que trata disso. Nós sabemos que a bolsa de residência é um dinheiro inexpressivo, é em média 3 mil reais. Como um residente pode se manter um mês com 3 mil reais, sendo que ele trabalha de domingo a domingo, tem uma sobrecarga de trabalho imensa, e nos hospitais em que esses residentes exercem essa função eles tocam todo o serviço em outros hospitais? Existem os coordenadores, os preceptores, mas são os residentes que colocam a mão na massa, seja nos tratamentos clínicos, seja nos tratamentos cirúrgicos. *(Falha na transmissão)* chega e está tudo pronto. Então, 3 mil reais realmente é um salário irrisório, e muitos residentes sofrem privações em todos os sentidos, chegando à depressão e até a cometerem o suicídio, Existe hoje alto índice de suicídio entre os médicos.

Em terceiro lugar, nos últimos 15 anos, foram fechados 40 mil leitos no SUS, causando grande impacto na população brasileira, partindo o princípio de que 70% do povo brasileiro nasce pelo SUS e vai morrer pelo SUS, e nunca vai ter acesso, durante a vida, a uma consulta de convênio a uma consulta particular. Então, o SUS é primordial para a saúde brasileira.

Em relação à COVID 19, agora nós temos uma imensa demanda reprimida, seja de pacientes renais crônicos, já a ponto de transplante e que não tiveram tempo de obter esse diagnóstico durante esse período da pandemia; nós temos pacientes com câncer, já em estágios avançados, sendo diagnosticados agora. Então, nós precisamos de recurso para a saúde. A educação é importantíssima, eu também prezo pela educação, mas o povo brasileiro está morrendo. Cirurgias simples de hérnia, de histerectomia, cirurgias de catarata, há uma demanda reprimida muito grande. Nós não podemos admitir que o brasileiro fique cego por causa de uma cirurgia que tem preço infinitamente pequeno.

Então, eu queria que o Ministério da Economia tivesse um olhar para isso. Quanto aos radioisótopos, não podemos deixar de fazer diagnóstico de tratamento de câncer por falta desses elementos.

Ministério da Economia, olhe pela educação, receba os Deputados Federais ou Senadores que lutam pela saúde do povo brasileiro.

Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes de ouvirmos o Deputado Hugo Leal, eu quero parabenizar a Deputada Dra. Soraya Manato, sempre muito atenta às questões da saúde, sobretudo da categoria médica, que tão bem representa .

Retornamos a palavra ao Deputado Hugo Leal. *(Pausa.)*

O Deputado ainda não conseguiu conexão conosco.

Passo a palavra então para o Bruno Funchal.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Bom, acho que está muito claro o foco de relevância da saúde destacado tanto pela Senadora quanto pela Deputada Dra. Soraya, especificamente pela Senadora, na parte de oferta de leitos, e pela Deputada, parte da bolsa residência e radioisótopos.

Olhando para a importância total, vemos isso inclusive nos PLNs que estão sendo discutidos aqui na Casa, especificamente o PLN 16, que aloca recurso para radioisótopos e também para a bolsa de residência. O Ariosto está vendo exatamente quanto está sendo alocado, mas isso certamente é um ponto também nos chama a atenção, é ponto de discussão com o próprio Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde nas suas despesas discricionárias para o PLOA para o ano de 22 está tendo um aumento nominal de 9%. Dentro desse aumento, acho que a própria alocação de recursos precisa tanto olhar para as necessidades, mas também para as políticas que são prioritárias.

Nós hoje temos um problema que é a compressão das despesas discricionárias, que tem a ver muito com o que a Senadora comentou, ou seja, essa compatibilização entre teto e aumento dos precatórios, outro ponto que precisamos discutir. No entanto, apesar disso, algum aumento foi concedido para os órgãos, acho que o próprio Ministério da Saúde, como eu mencionei, 9% nas despesas discricionárias, mas para além disso, aí não só para o Ministério da Saúde, mas também para todos os outros Ministérios o Orçamento precisa ser discutido, e precisamos discutir uma solução para esse aumento bastante significativo das sentenças judiciais.

A partir disso, sim, vai ser refeito o Orçamento. Esse espaço para ampliação de políticas públicas vai ser discutido ao longo do processo orçamentário, mas, de novo, é importante que consigamos evoluir na discussão dos precatórios e no envio da mensagem modificativa.

Vou passar para o Ariosto. Eu acho que ele tem dados mais específicos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Há previsão do envio da modificação?

O SR. BRUNO FUNCHAL - Nós temos ajustes de parâmetros que precisam ser feitos, parâmetros de inflação, de crescimento, para poder refazer o Orçamento, mas, principalmente, o resultado. Nós precisamos do resultado da discussão das sentenças judiciais. A partir disso, é refeito o Orçamento. Provavelmente, eu acredito, final de outubro, início de novembro, e aí base para o Relator apresentar o parecer e fazermos a discussão.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Bom, primeiro vou responder à Deputada Dra. Soraya. Para este ano o que nós estamos fazendo é um ajuste para permitir o pagamento integral do bolsa residência. Havia um problema orçamentário. Então, devemos por intermédio de um ajuste no PLN 16 permitir esse pagamento. A previsão de aumento para o ano que vem já está contemplada, eu não tenho aqui exatamente o valor, na minha cabeça é em torno de 23%, Deputada, mas eu vou confirmar o valor. Seria o mesmo valor que a saúde já estava prevendo também para o reajuste da bolsa residência. O MEC já previu para 2022. Estou esperando a confirmação do Secretário de Ensino Superior, eu posso lhe dar a informação daqui a pouquinho do valor exato para 2022.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

É impressionante o Senador Izalci! Se tirarem uma fotografia às 10 horas, ele estará com o telefone no ouvido; às 11 horas, ele estará com o telefone no ouvido.

Comunique ao Senador que ele está com a palavra, por favor. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Presidente, primeiro, quero pedir desculpas aos convidados. Como nós temos essa alternativa virtual, participamos de três, quatro eventos ao mesmo tempo. E esta matéria é de suma importância — não havia como eu não participar da reunião.

Vi os relatórios e não poderia deixar de manifestar certa esperança de que um dia nós tenhamos controle dos gastos públicos. O Governo, de um modo geral, não só o Federal, mas também os Estaduais e Municipais, gasta muito e gasta mal. O controle que nós temos hoje — aliás, o de sempre, pelo menos desde quando conheço a contabilidade pública, os gastos públicos —, lamentavelmente, não tem a mesma qualidade do controle da Receita. A Receita Federal do Brasil sempre foi uma especialista em arrecadação. Várias pessoas de outros países e mesmo do Brasil que conhecem a contabilidade sabem o tanto que a Receita se organizou, desde a época analógica dos controles de arrecadação. Mas eu nunca vi no Brasil essa preocupação com o controle do gasto. Até sugeri, ainda quando Deputado, que criássemos uma secretaria da despesa nacional. A Secretaria da Receita Federal é muito boa em termos de arrecadação.

Eu apresentei um projeto, ainda como Deputado — depois o retirei, porque um colega do PSDB de São Paulo havia apresentado a PEC 10/2011 —, para obrigar os governantes a apresentarem, no prazo de 90 dias após a eleição, um plano de metas. É tudo que o Brasil precisa. É isso que estamos começando aqui. Nós precisamos saber o que queremos e aonde queremos chegar, nós precisamos estabelecer metas e definir que projetos e ações temos que implementar para chegar lá, nós precisamos saber quanto custa e em que prazo se pode fazer.

E, definitivamente, não podemos mais permitir algo que é comum no Brasil: política de governo. Este País precisa é de política de Estado. Eu participei de diversas transições locais e federais. Há governante que, quando está saindo, faz questão de deletar tudo. Formata o HD dos computadores. Acaba com todos os projetos que estavam indo bem, os bons projetos. Isso é política de governo.

Ver esse acompanhamento, essa avaliação nos traz a esperança de um dia termos uma política de Estado, que é o que defendemos e temos que cobrar. Dá-nos a esperança de que, uma hora dessas — espero que o mais rápido possível —, nós possamos realmente acompanhar o plano de metas e valorizar aquilo que é bom. O que é bom pode ser aperfeiçoado. O que é ruim deve acabar ou ser modificado. Mas não dá para cometer os mesmos erros de anos e anos e anos.

Eu vou aproveitar esta reunião de hoje e vou verificar a situação da PEC 10, para restabelecê-la. Deve estar arquivada. O autor, que era um Deputado de São Paulo, não é mais Deputado.

Eu sei que, em 2006 — vejam, em 2006! —, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou a obrigatoriedade de o Prefeito apresentar um plano de metas. E a organização da sociedade civil Rede Nossa São Paulo acompanha isso passo a passo. É isso que os Municípios, os Estados e o Governo Federal precisam fazer.

Então, parabenizo essa iniciativa. Queremos depois saber algumas coisas relacionadas às emendas, que estão gerando uma polêmica, para saber da execução disso. Por ora, quero parabenizar essa iniciativa e dizer que fico feliz com a apresentação que vi com relação a essa política de acompanhamento e de avaliação de resultado. É incrível!

Aproveito a presença da CGU para fazer uma observação. Fiz várias auditorias, inclusive como Deputado. Depois de 10 anos, eu via a CGU, o TCU realmente confirmando os desvios de recursos. Mas não adiantava mais. Depois de 10 anos, não há como recuperar o que foi perdido. O que o TCU, a AGU e a CGU precisam fazer é o acompanhamento do fisco financeiro, para detectar o desvio ou qualquer distorção no momento em que acontecem. Não adianta 10 anos depois dizer "Oh, o cara é culpado", porque não há como receber nada de volta, como normalmente acontece.

Eu fico feliz, Senadora Rose de Freitas, por ter a esperança de que estejamos evoluindo quanto ao controle de gastos. V.Exa. sempre defendeu isso. Há obras que foram iniciadas e estão paradas, o que é um crime. Uma obra em que já se investiu 70% do previsto, ao ser paralisada, gera uma grande perda. Depois, boa parte dela tem que ser iniciada do zero.

Parabenizo a apresentação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Aproveitando a fala do Senador Izalci Lucas, destaco que uma das prioridades da gestão do Orçamento é tratar das obras paralisadas. Vejam, não são as obras irregulares. As irregulares carecem de parecer técnico para que possam estar dentro do elenco de prioridades, que vai ser ditado pelas relatorias setoriais.

Eu queria uma resposta final, para entender como o Ministério vê essa questão, que deveria ser tratada fora do debate orçamentário, como uma questão administrativa, como uma política de Estado mesmo.

As obras são paralisadas por várias razões, até políticas. Às vezes, um governante assume por determinado período uma gestão e acha que não tem que contribuir para a marca do outro gestor. Isso acontece nacionalmente e também em Municípios e Estados.

Quando nós falamos que uma das prioridades são as obras paralisadas, friso que me refiro àquelas obras sem nenhum parecer de irregularidade. A irregularidade deve ser tratada nos órgãos competentes.

Quero saber se em algum momento o Ministério discute a necessidade de fazer o Brasil continuar... Não é um investimento, mas um reinvestimento o que se faz nessas obras que tiveram a sua construção iniciada e chegaram ao patamar de 30%, 50%, 70% de execução. Esse é um dinheiro perdido, praticamente. Quando eu falo isso, penso, por exemplo, no Aeroporto do Espírito Santo. Nós conseguimos concluí-lo depois de 12 anos. Tudo o que foi feito na primeira fase, que compreendia um gasto de 120 bilhões de reais, foi perdido. Era uma obra com características de irregularidade.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Eu estive lá uns 10 ou 15 anos atrás, no início das obras desse aeroporto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É verdade. E, depois de pronto, ele foi concedido, e por um preço bem menor, levando-se em conta a engenharia econômica que foi montada sobre essas obras.

Eu gostaria que falasse o representante da CGU.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL - Essa é uma demanda muito forte dentro do Governo. Temos um comitê dentro da Casa Civil para discutir isso. A CGU fez várias análises. Quem está fazendo o acompanhamento permanente disso é o Ministério da Economia, mas nós apoiamos muito o Ministério. Por isso eu me sinto confortável em falar isso.

Estávamos com um estoque, há 2 anos, de 14 mil obras paradas; hoje estamos com mais ou menos 11 mil. Estamos diminuindo esse estoque, mas reconheço que ainda é uma situação crítica. São vários os fatores, mas eu quero reforçar um dos que identificamos com uma correlação positiva muito forte, e isso trazemos no estudo que a CGU fez. O ente federativo que tem uma situação fiscal ruim normalmente vai parar a obra. Então, há uma correlação muito forte entre a interrupção de obras e a situação fiscal de cada ente federativo. Os entes federativos que têm uma capacidade de celebração e garantia da obra conseguem permanecer com as obras.

Daí, é lógico que há uma questão de planejamento, que é uma subquestão importante. Às vezes, uma obra começa sem licenciamentos adequados — licenciamento ambiental, patrimonial, de terra indígena —, e no meio da execução, é interrompida. Mas eu gosto de reforçar a questão da gestão fiscal, porque às vezes acontece, até aqui em Brasília, situações como esta: construímos uma creche, que, depois de pronta, não é aberta porque é preciso contratar as pessoas.

Então, às vezes ficamos pensando em terminar as obras, às vezes não conseguimos ter dinheiro para manter essas obras, e muitas vezes elas permanecem fechadas. Mas a nossa preocupação hoje não é só terminar a obra. Hoje estamos discutindo dentro do Governo como manter essas obras em funcionamento, porque o que está acontecendo é que boa parte dos entes federativos nessa situação fiscal bem desafiadora, bem difícil, termina uma escola, uma creche, um hospital e não consegue contratar pessoal e manter esse equipamento público. Acho que esse é o maior desafio. É um desafio muito grande.

E, se a senhora me der oportunidade, eu também queria só complementar algumas coisas, principalmente em resposta às demandas dos Senadores e Deputados.

Eu não sou do Ministério da Economia, mas queria reforçar que, com as avaliações que fizemos, percebemos que há oportunidades muito boas de realocação de recursos. Estamos com espaço fiscal bem apertado, bem reduzido. Eu não quero roubar a falar do Bruno, mas eu me sinto um pouco responsável — assino o relatório de gestão fiscal junto com o Tesouro. Eu vejo que a situação está melhorando. Neste último ano, eu vejo que, mesmo diante da COVID, o Tesouro vem fazendo uma boa gestão da dívida. Porém, nós estamos com um espaço muito reduzido, Senadora.

Eu sugiro que o Congresso seja o nosso grande parceiro nessas avaliações, porque há demandas legislativas com que poderíamos economizar e gastar melhor esse recurso público.

A senhora falou de saúde e educação. Temos a CEBAS de saúde e de educação próxima dos 20 bilhões de reais, que é muito recurso. E hoje a regulamentação é muito frágil. A contrapartida dessas entidades quase não existe.

O Congresso está no papel dele de regulamentar adequadamente isso. Nós do Poder Executivo, provavelmente em breve, vamos mandar uma proposta de regulamentação — ela vai ser discutida aqui no Congresso —, na qual vamos poder direcionar algumas demandas que foram colocadas aqui nesse subsídio, que vai continuar existindo, só que agora com maior qualidade, eventualmente.

Quero só deixar claro para a senhora que, sobre o retrato de algumas políticas que nós estamos trazendo para o Congresso, nós podemos vê-lo como uma grande oportunidade neste momento, uma grande oportunidade de abrir espaço para um melhor gasto.

Temos uma avaliação de alta e média complexidade. Isso também sugere algumas alterações de gestão que garantam uma melhor alocação de recursos para as regiões que precisam mais.

Por incrível que pareça, na saúde, investimos mais onde há os melhores equipamentos. É um círculo que acaba sendo virtuoso para alguns lugares e vicioso para outros. Os locais que não têm condições continuam desassistidos, são aquelas zonas cinzentas.

Eu estou só citando dois exemplos, mas a senhora pode contar não só com a CGU, como também — tenho certeza — com a própria Economia e os Ministérios setoriais, porque estamos prontos para a discussão dessas políticas de avaliação que estamos trazendo ao Congresso.

Eu acredito, Senadora, que é uma grande oportunidade de o Congresso contribuir para o gerenciamento desses recursos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Senadora, se me permite, eu gostaria de fazer uma fala sobre isso.

Eu vejo que há uma falta de comunicação entre o Governo Federal, o Governo Estadual, o Governo Municipal e também entre os entes de cada unidade. Eu vejo que há muita dificuldade.

Eu perguntei agora, recentemente, ao Ministro da Educação e também ao Secretário de Educação quantas vezes eles conversaram com o Secretário de Cultura e de Esporte. Praticamente nenhuma!

O que acontece hoje? Vou dar o exemplo das creches e dos hospitais, da saúde e da educação.

Eu, como Parlamentar, visito as bases. Se você perguntar hoje, em qualquer região administrativa de Brasília ou Município do Brasil, qual é a maior demanda, saberá que é creche. A maior demanda é creche.

Nós temos um programa federal, que, na última vez em que eu vi, 3,9 milhões de reais era o valor que seria correspondido pelo Governo Federal.

O Parlamentar faz uma emenda pedindo recurso para construir uma creche. Quando se vai construir a creche, como foi dito aqui, tem que contratar o pessoal. Aí entra o Governo Municipal, que não tem dinheiro.

Eu, por exemplo, consegui para o Distrito Federal 15 creches há 4 anos, e, talvez por isso, elas não são feitas. Se fizerem, vai ser assim: em dezembro, no último minuto, quando o cara estiver saindo, para deixar para o outro o gerenciamento.

Então, este tipo de avaliação tem que acontecer, a da necessidade real. *"Venha cá! O Governo Federal vai liberar uma creche. Essa creche será ocupada?"*

O custo de uma creche é muito simples. Gastar 3,9 milhões de reais para construir uma creche não é nada para o Governo. Agora, manter essa creche custa quase a metade desse valor por ano.

É o caso dos hospitais. Preciso botar o dinheiro no hospital. Vamos lá! O valor médio para construir um hospital é de 200 milhões, 250 milhões de reais. Só que esse hospital vai custar em torno de 150 milhões de reais por ano, ou seja, tem-se quase o custo da obra como custeio em 2 anos, 2 anos e meio.

Então, não é questão de construir, é de manter. É óbvio que quem constrói só pode construir se tiver a garantia de que quem está lá na ponta vai executar. Senão acontece isto aí: 3 mil creches e escolas paradas. Por quê? Porque após a conclusão, quem vai bancar é o Município ou o Estado. Essas distorções têm que ser corrigidas, porque o dinheiro é único. O contribuinte é o mesmo, quem paga o imposto é o mesmo. Então, não dá para ficar... Agora, ninguém mora na União nem no Estado. A pessoa mora no Município, e é lá que ocorre a cobrança.

Essa conversa entre o Município e quem tem o poder de liberar o recurso tem que ser muito afinada, para não acontecerem essas coisas. Nós precisamos gastar melhor. O Governo gasta muito e gasta mal, de modo geral.

Além disso, eu faço uma sugestão à CGU. Eu sou auditor, sou contador. Já fiz auditoria neste Brasil todo, inclusive em projetos internacionais.

Existe um projeto na Alemanha que, na minha época, 15 anos atrás, 20 anos atrás, era chamado projeto MISEREOR. A Alemanha financiava projetos aqui na Amazônia, nas regiões mais carentes.

Em todo recurso existe um percentual de auditoria independente, para o cara acompanhar concomitantemente. Ele só libera os recursos se tiver a comprovação de que foi feito o físico e o financeiro. Isso é muito mais barato. É óbvio que esse percentual depende do valor.

Mas eu já sugeri isto. A sugestão que eu trago para o Governo é esta: esses convênios, essas obras deveriam ter um percentual — fica muito mais barato — de acompanhamento *on-line*. É melhor do que deixar para analisar 10 anos depois se houve ou não desvio de recurso. Entendeu?

Eu vejo assim. Acho que estamos começando a melhorar. Realmente temos que ter o Governo Digital. É inadmissível estarmos no Governo analógico.

Aqui no Distrito Federal, Bruno, não há controle de estoque de medicamentos. Qualquer boteco neste Brasil, em qualquer esquina, tem controle de estoque. Aqui, um orçamento de 8 bilhões de reais da saúde não tem controle de estoque. O Sistema Único de Saúde não tem controle físico. O Ministério da Saúde tem o controle de quanto mandou. Ele manda uma TED de não sei quantos milhões para o Rio de Janeiro ou para algum outro lugar e pronto, tem o controle orçamentário e financeiro. Agora, lá na ponta, o que fizeram? Não há esse acompanhamento.

Quando se fala em um negócio desse, o cara diz: "*Mas é tripartite, não é? Tem a questão municipal, estadual e federal*". Alguém tem que organizar isso, porque o dinheiro está indo pelo ralo. Nós estamos acompanhando isso na CPI. Principalmente aqui no DF, onde eu fiz questão de fazer, é um caos. Há muito desvio de recurso, e isso parece natural. Essas organizações sociais que são criadas para desviar recursos também são fortes. Eu vejo que essa questão que vocês começaram a implantar é uma esperança de que vamos ter o acompanhamento disso. Acho que o físico e o financeiro *on-line*, concomitante, é uma boa saída para vocês poderem aperfeiçoar isso.

Para encerrar, Senadora Rose, eu fui surpreendido ontem. Perguntei se haveria, e disseram que não, mas hoje à tarde vai haver reunião do Congresso — pelo menos recebi essa informação —, para votar o PLN 16 e o PLN 20.

O PLN 16 é aquele dos produtos radioterápicos, do câncer, pelo qual nós estamos brigando há muito tempo. Mas o que decidimos aqui, pelo menos na última reunião, é que não votaríamos nada lá se não passasse por aqui. Há essa possibilidade de votarmos hoje aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Já está convocada. V.Exa. está dormindo cedo! (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Pois é. Eu queria saber. É por isso que estou perguntando. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Foi convocada reunião para às 11 horas. Nada será aprovado ou rejeitado sem passar pela Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - No meu telefone, há perguntas de Parlamentares. Quero mandá-las por escrito para os senhores. Pelo que eu soube agora, parece que temos em vista alguns PLNs que vão vir para a Comissão.

Eu gostaria de termos a oportunidade, mais uma vez falando, de nos prepararmos para esses debates internamente. Chegar e precisar votar com urgência nos coloca em uma situação muito difícil, e esta Comissão está dedicadamente debruçada sobre o Orçamento, haja vista que hoje temos problemas nas duas Casas, no Senado e na Câmara, com algumas decisões que têm sido tomadas *interna corporis*. Seria necessário que elas fossem tomadas antes da reunião das 14 horas.

Mas teremos agora a votação na CMO, conforme o compromisso assumido de que nenhuma matéria irá a plenário sem ser votada aqui na Comissão.

Tem a palavra o Sr. Bruno Funchal.

O SR. BRUNO FUNCHAL - Deixe-me fazer um panorama maior do PLOA, do projeto orçamentário. Qual é a lógica? O que foi enviado? Que tipo de mudanças podem acontecer, principalmente por conta da questão de sentenças judiciais? A proposta para 2022 foi enviada apresentando um déficit de 49,6 bilhões de reais. Nós temos uma meta definida pela LDO de 170 bilhões de reais de déficit. A insuficiência de regra de ouro é de 105 bilhões de reais, menor do que tínhamos observado no Orçamento de 2021, que era de mais de 400 bilhões de reais. Isso se justifica muito pelo crescimento da receita.

Agora, um ponto importante é que, dentro dessa proposta orçamentária, contempla-se integralmente o pagamento de sentenças judiciais. No Orçamento de 2021, nós tínhamos uma projeção de pagamento em torno de 54 bilhões de reais. Esse era o tamanho dessa conta, dessa despesa obrigatória, que aumentou para 89 bilhões de reais.

E nós inclusive discutimos na Comissão Especial da PEC 23 e na CCJ as principais justificativas para esse grande aumento: o passivo do FUNDEF, que vem lá dos anos 2000, e o aumento do volume de processos. A velocidade aumentou muito, e o volume de processos que acabaram entrando no Orçamento de 2022 aumentou. Isso fez com que houvesse esse salto de 34 bilhões de reais de um ano para o outro em sentenças judiciais, o que está ocupando um espaço bastante relevante. Só para se ter ideia, o espaço que a correção do teto — isso ocorre por meio da inflação — abriria adicionalmente era de 136 bilhões de reais. Desses 136 bilhões de reais, quase 60 bilhões de reais foram ocupados pelo aumento de previdência e 34 bilhões de reais pelo aumento de precatórios. Só aí já são quase 100 bilhões de reais. E há outros aumentos, como despesa de pessoal e outros aumentos que acabaram ocupando todo esse espaço.

Então, muito do espaço advindo dessa correção do teto pela inflação foi ocupado pelo aumento da despesa de precatórios. Isso acaba limitando qualquer tipo de ampliação de outras políticas públicas.

Mesmo assim, no Orçamento que foi enviado, ainda se reforçaram recursos da ordem de 10,7 bilhões de reais para a saúde, sendo 7 bilhões de reais em ações contínuas referentes à pandemia de COVID-19. O Orçamento também contemplou a realização do Censo, com 2 bilhões de reais; o FNDCT, com incorporação prevista de 8,5 bilhões de reais; e a manutenção do orçamento de 34,7 bilhões de reais para o Bolsa Família, o programa de renda ou o Auxílio Brasil. Esses são os pontos principais que estão contemplados no Orçamento.

E por que é importante a discussão que está sendo feita em relação à PEC 23, que é justamente a PEC dos precatórios? É justamente uma forma de endereçar o tratamento desse aumento muito acima do esperado com uma despesa obrigatória, que são as sentenças judiciais.

Então, a partir do andamento dessa discussão, vai ser feita uma mensagem modificativa refazendo o Orçamento. Ela será enviada a esta Comissão, para ser discutido esse novo desenho de Orçamento, porque, por base, pelo que nós temos até agora, estão contemplados, dentro do Orçamento, os 89 bilhões de reais e todo o aumento de sentenças judiciais.

E aí eu quero passar para o Ariosto, porque talvez ele vá trazer alguns detalhes que também são importantes dentro do Orçamento.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Apenas para complementar esse cenário macro trazido pelo Secretário Bruno, é importante destacar que nós tivemos, sim, um acréscimo no teto de gastos em torno de 136 bilhões de reais, 136,6 bilhões de reais, de 2022 em relação a 2021. Grande parte desse teto de gastos, essa possibilidade que tínhamos de ampliação de despesa primária, foi absorvida pela questão dos benefícios previdenciários, em torno de 52,7 bilhões de reais. É um fator também importante dessa absorção que tínhamos do espaço do teto de gastos decorreu desse efeito das sentenças judiciais, que consumiu 33,7 bilhões de reais da margem que tínhamos para o teto de gastos.

Vínhamos falando — apresentamos vários dados — que tínhamos a possibilidade de ampliação dos programas sociais, ampliação dos investimentos. E foi justamente essa parcela que foi elevada, a das sentenças judiciais, que retirou essa maior capacidade de ampliação de investimentos, de ampliação de programas sociais dentro do Orçamento.

Ainda dentro da margem, além dos 52,7 bilhões de reais de benefícios previdenciários e de 33,7 bilhões de reais de sentenças judiciais, tivemos um crescimento de 19 bilhões de reais de despesas obrigatórias com controle de fluxo — e entram aí, basicamente, os gastos de saúde, que são aquelas despesas que cresceram em função da correção do mínimo da saúde —, e as despesas do FAT, com 13,5 bilhões de reais. Com pessoal, tivemos um crescimento de 6,6 bilhões de reais, basicamente um crescimento vegetativo.

Não temos previsão de aumento de remuneração dos servidores em 2022 — isso é importante destacar —, mas temos, sim, um nível de concursos públicos que estão previstos no Anexo V da Lei Orçamentária, que estão dentro dessa margem de crescimento de 6,6 bilhões de reais de despesas de pessoal. Os benefícios com LOAS crescem 5,5 bilhões de reais, e outras despesas obrigatórias crescem 5,7 bilhões de reais.

Um aspecto importante disso, então, é que temos mais a confirmação de um dado, que é o crescimento das despesas obrigatórias em relação às despesas discricionárias do Orçamento de 2022. Com essa boa parte da utilização da margem que nós teríamos absorvida por despesas obrigatórias, nós chegamos a um percentual das despesas primárias de 94% utilizados com despesas obrigatórias e 6% na nossa margem com despesas discricionárias. Isso é uma tendência que tem ocorrido dentro da nossa dimensão orçamentária, ou seja, o crescimento das despesas obrigatórias tem absorvido boa parte da margem que teríamos do teto de gastos.

Com relação a sentenças judiciais, frisando mais uma vez, esse crescimento que tivemos na ocupação da margem de despesas primárias de 33,7 bilhões de reais resulta em um dado no qual as despesas com sentenças judiciais têm uma evolução que chega a quase 90% das nossas despesas discricionárias no Orçamento de 2022. E aí está a importância da discussão relativa à PEC 23, relativa a um tratamento que devemos dar a esse crescimento, que foi muito acima. Não só de 2021 para 2022 foi significativo, mas também foi acima daquilo que é a nossa capacidade estabelecida pelo teto de gastos. As despesas cresceram muito acima daquilo que foi o comportamento normal do nosso teto de gastos.

São esses os pontos. Eu apenas queria complementar a fala do Secretário Bruno.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Para encerrar, eu gostaria de saber se há mais alguma consideração a ser feita.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Eu gostaria só de complementar a Deputada Dra. Soraya. É uma notícia com relação à bolsa de residência.

O MEC previu, então, para 2022, um acréscimo de 23,3% do valor da bolsa, que deve saltar de 3,3 mil reais para 4,1 mil reais em 2022. Está previsto esse reajuste dentro da proposta orçamentária de 2022, do MEC.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Isso contempla também o reajuste das bolsas da CAPES e do CNPq?

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Não, só a residência médica. Esse foi o ponto da Deputada Dra. Soraya.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Neste ano, o da CAPES só deu até setembro. Tanto é que há PLN complementando, mas, para o ano que vem, já está adicionado o complemento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES - Senadora, se V.Exa. me permitir...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O SR. GUSTAVO GUIMARÃES - Só gostaria de complementar. Eu acho que a questão da saúde a senhora colocou bem no início: é importante para todos nós. A Deputada Dra. Soraya também colocou.

Eu só queria destacar que, nas avaliações que foram feitas, a saúde está sempre contemplada. Nós temos várias avaliações aqui na linha do que o Secretário Leonel colocou sobre as restrições fiscais. Existem programas que talvez não performem tão bem e que podem direcionar recursos para outros programas que são eficientes.

Então, eu gostaria de lembrar que, em todos os ciclos, a saúde tem sido contemplada no sentido de ter sido avaliada. Há vários programas muito bem avaliados e também sugestões de melhorias no âmbito dos programas da saúde.

Quero lembrar também que o monitoramento tem acompanhado a questão da saúde, de como a pandemia impactou. Esse relatório que encaminhamos ao Congresso mostra bastante a questão dos leitos. Se por um lado houve um crescimento grande de leitos por conta da COVID, como a Senadora bem colocou no início, outras questões, como a do transplante de órgãos sólidos — coração, pulmão — tiveram uma redução por conta das restrições da COVID, mas isso nós temos acompanhado no planejamento. Temos subsidiado o Ministério da Saúde com essas informações, e eles também nos encaminham informações. Então, esse diálogo está acontecendo.

Para fechar, eu gostaria de agradecer, Senadora, este espaço. Eu acho que este momento foi muito importante e histórico para quem acredita na avaliação das políticas públicas. Também quero agradecer ao Senador Izalci pelas palavras do relatório. Realmente, Senador Izalci, nós acreditamos, sim, que essas políticas e essa avaliação são de Estado, exatamente para ter continuidade.

Lembro que é bem direto o texto que está na Constituição, que os senhores colocaram: "*Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados (...)*".

A Constituição agora vai proteger. Eu acho que isso vai na linha do que o senhor colocou de que vamos ter que dar continuidade, explicar o porquê. Inclusive o PPA, a LDO e a LOA agora têm que levar em consideração o monitoramento

e a avaliação. Então, ele tem que ser aperfeiçoado e justificado. Não podemos fazer alterações ali que não tenham justificativas. Eu acho que foi um grande avanço que foi dado neste ano pela Emenda Constitucional nº 109.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A CGU fez uma consideração, o Dr. Antônio também já falou, e eu queria dizer o seguinte: nesses avanços possíveis, que são milimetricamente calculados e permitidos em um acordo entre Governo e Congresso, talvez seja a hora de pensar que nós poderíamos ter mais.

Ao invés do que o Ministro Paulo Guedes diz sobre o Orçamento, no sentido de que ele tem que ser feito pelo Congresso, que é ele que tem a responsabilidade, talvez seja a hora de nós pensarmos em um Governo mais compartilhado e em um Congresso dentro desse compartilhamento, para podermos atingir a reflexão que o secretário nos trouxe.

É evidente, secretário, que, quando se fala que muitas obras que foram iniciadas não têm uma avaliação, cabe ao Governo também cobrar que, na construção de qualquer obra pública, com qualquer finalidade que seja, haja o acompanhamento da instalação.

Nós estamos falando todos os dias das creches. Cerca de 2 mil creches, das 3.600 que foram lançadas, não foram terminadas. E não estão em funcionamento as outras que foram concluídas. Precisaria ter havido um planejamento compartilhado para quem propõe, para quem recebe a obra e para quem concede o recurso necessário.

Portanto, eu acho que, aos poucos — o Gustavo acabou de falar a respeito dos pequenos avanços que nós estamos tendo —, está na hora de avançar mais, de consolidar a política que se elabora dentro de uma Comissão como esta com as iniciativas que o Governo tem. Não há compartilhamento disso.

Estamos cobrando que, antes de se elaborar qualquer relatório setorial, conheçamos e que venha, junto com isso, a proposta que é feita dentro do Congresso pelos Parlamentares, que representam suas regiões e nacionalmente. Eu acho que isso é fundamental.

Então, eu até quero propor ao senhor que nós tenhamos a oportunidade de debater isso em uma Comissão específica, para que possamos pensar e para que as suas iniciativas e o seu raciocínio possam nos socorrer, bem como a esta Casa, em auxílio do bom desempenho do Orçamento do País. Há muito desperdício e iniciativas completamente inusitadas! Constrói-se obra onde já não há necessidade de ser feita. A obra é apenas um apelo político executado que não vai ter desempenho satisfatório para a sociedade.

Alguém disse assim: "*Mas nós vamos desatender politicamente uma obra como essa?*" Sim, por que não? Se ela não tem como funcionar, se o objetivo dela era atender às famílias e à sociedade na parte educacional... Nós temos que saber se ela terá funcionamento e se vai se cumprir o objetivo e a proposta feita.

Era isso o que queria dizer.

Quero me colocar a disposição. A Comissão está trabalhando e se dedicando a debater em conjunto as iniciativas do Governo e as decisões que são tomadas aqui.

Eu quero agradecer a todos. Antes de encerrar esta reunião, quero também lembrar que, às 11 horas, nós teremos aqui uma reunião deliberativa.

Eu pergunto a algum dos Deputados e Senadores presentes... Eu tive uma reclamação no telefone de que está difícil... Eu não sei onde a Deputada Dra. Soraya está, mas vários Parlamentares tentaram entrar na Internet e não conseguiram.

Deputado Bosco, Deputado Hildo, alguém quer fazer uso da palavra?

Então, antes de encerrar, quero fazer uma consideração final a respeito da demanda da educação, Ariosto. É possível termos a previsão de uma nova reunião para que, à luz dos esclarecimentos oficiais, nós possamos saber se poderemos contar com o recurso que foi solicitado pelo MEC? Nós precisamos saber se vai haver uma reunião específica sobre isso.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Não. Nós temos previstas Senadora, dentro do modelo da JEO — Junta de Execução Orçamentária, reuniões mensais para que possamos estabelecer a possibilidade de atendimento de demandas adicionais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Dentro da mentalidade de compartilhamento, nós tivemos uma reunião muito profícua lá no MEC. Estivemos também com o Ministro Paulo Guedes e demandamos...

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Podemos conversar com o Ministro para termos o *feedback*, o retorno da reunião na Economia.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É importante, porque o Ministro vai voltar a esta Comissão.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu agradeço a todos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Só há uma questão que eu quero saber. A prioridade deste ano é o Casa Verde e Amarela.

Eu quero saber quantas mil casas foram construídas no Programa Casa Verde e Amarela, porque nós já estamos no mês de outubro. Só faltam 2 meses para terminar o ano. Era só isso que eu queria saber.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Alguém poderia responder ao Deputado Hildo Rocha?

Deputado, há vários que estão colocando ao mesmo tempo que vão dever essa resposta. Até 2020 tem, mas, até este momento, eles não têm o número exato e pedem para mandar essa resposta posteriormente.

Antes de encerrar, lembro a todos que estão nos ouvindo, àqueles que podem compartilhar, que nós vamos ter a apreciação dos PLNs nº 16 e nº 20, de 2021, conforme a convocação que foi enviada aos membros.

O *link* da reunião deliberativa será o mesmo.

Nós vamos encerrar esta reunião e abrir imediatamente a outra.

Peço àqueles que vão participar virtualmente da reunião que nos informem das suas dificuldades. Já temos quórum para o funcionamento da reunião.

Finalizando a audiência pública, agradeço o comparecimento de todos, em especial, ao Sr. Bruno Funchal, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento; ao Sr. Ariosto Antunes Culau, Secretário de Orçamento Federal; ao Sr. Gustavo Guimarães, Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria; ao Sr. Antônio Carlos Bezerra Leonel, Secretário Federal de Controle Interno da CGU; e ao Dr. Henrique Barros Pereira Ramos, Secretário Especial Adjunto de Relações Governamentais da Presidência da República.

Agradeço ainda a colaboração do Senador Izalci Lucas. Senador Izalci, mais uma vez, muito obrigada.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Estou sempre à disposição de V.Exa., Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - À disposição desta Casa e do Brasil. Eu sei que V.Exa. é incansável.

Agradecendo a participação de todos.

Declaro encerrada esta audiência pública.